COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE OS PRESOS POLÍTICOS DE 8 DE JANEIRO - SUB8JAN

REQUERIMENTO N°, DE 2025 (Do Senhor Helio Lopes)

Requer a realização de Seminário conjunto entre a Subcomissão Especial sobre os Presos Políticos de 8 de Janeiro (CDHMIR/SUB8JAN), da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, e a Subcomissão Especial -Fiscalização e Direitos dos Presos do 8 de Janeiro - SUB8J, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, se realizar nas dependências da Câmara Municipal de Juiz de Fora-MG. para debater a situação presos(as) dos(as) custodiados(as) nas unidades prisionais do município.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Subcomissão, a realização de Seminário conjunto entre a Subcomissão Especial sobre os Presos Políticos de 8 de Janeiro (CDHMIR/SUB8JAN) e a Subcomissão Especial – Fiscalização e Direitos dos Presos do 8 de Janeiro – SUB8J, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, nas dependências da Câmara Municipal de Juiz de Fora-MG, para debater a situação dos(as) presos(as) e custodiados(as) nas unidades prisionais do município.





JUSTIFICAÇÃO

A realização de um Seminário conjunto entre a Subcomissão Especial sobre os Presos Políticos de 8 de Janeiro (CDHMIR/SUB8JAN), vinculada à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, e a Subcomissão Especial – Fiscalização e Direitos dos Presos do 8 de Janeiro – SUB8J, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, possibilitará unir esforços e ampliar a legitimidade do processo de fiscalização.

Ao realizar-se na **Câmara Municipal de Juiz de Fora-MG**, o evento viabilizará a participação ativa dos vereadores, em diálogo direto com parlamentares federais, estaduais, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, autoridades do sistema penitenciário e organizações da sociedade civil. Esse espaço de troca e cooperação institucional permitirá a formulação de propostas e recomendações conjuntas voltadas à melhoria das condições de custódia, ao respeito à dignidade humana e ao fortalecimento das políticas públicas no âmbito prisional.

Trata-se de iniciativa que reforça o papel fiscalizador e propositivo do Parlamento, contribuindo para a transparência, para a prevenção de violações de direitos e para a integração entre os diversos níveis de representação democrática.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 2025.

Deputado HELIO LOPES
PL - RJ



